

# Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único Revela?

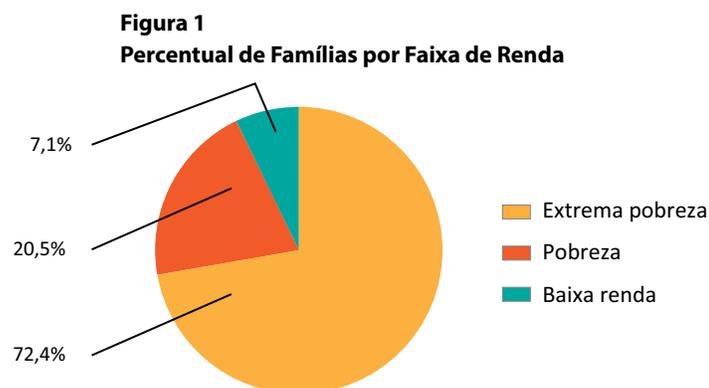
por Camila Fracaro Camargo,<sup>1</sup> Claudia Regina Baddini Currello,<sup>2</sup> Elaine Cristina Licio<sup>3</sup> e Joana Mostafa<sup>4</sup>

**Lançado em 2003**, o Programa Bolsa Família (PBF) é o resultado da unificação das ações de transferência de renda para a população vulnerável em âmbito federal, cuja implementação articula as políticas de saúde, educação e assistência social e conjuga esforços de estados e municípios.

O perfil socioeconômico dos beneficiários do Bolsa Família<sup>5</sup> resulta da análise das informações do Cadastro Único, que foi criado em 2001 como instrumento de identificação das famílias brasileiras de baixa renda e utilizado para seleção de beneficiários de programas federais voltados para esse público.

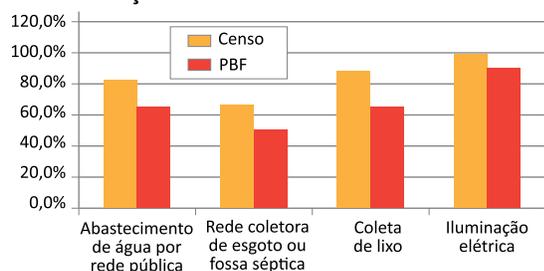
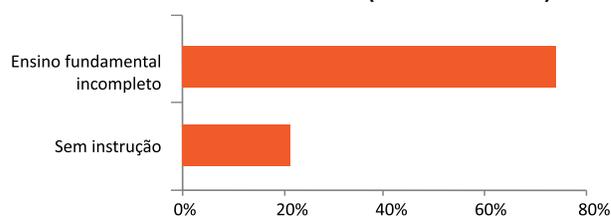
Em 2013, no Cadastro Único, havia 25,3 milhões de famílias: 23 milhões (91 por cento) com perfil de renda familiar per capita de até ½ salário mínimo, faixa de renda em que se insere seu público prioritário. Dessas, 13,9 milhões de famílias estão no Bolsa Família, as quais recebem um benefício médio de R\$ 149,71. Essas famílias são compostas, em média, por 3,6 pessoas. Sua maior parte (50,2 por cento) residente no Nordeste do país.

Antes de receberem o PBF, as famílias beneficiárias viviam, em sua maioria, na extrema pobreza (72,4 por cento), ou seja, com renda familiar per capita de até R\$70,00.



Quanto aos arranjos familiares dos beneficiários do Programa, verificamos que a maior parte se constitui como monoparental feminino (42,2 por cento), seguido por casal com filhos (37,6 por cento). Este percentual pode indicar estratégias de sobrevivência das famílias mais vulneráveis, na medida em que a renda e a presença do cônjuge no domicílio é, em muitos casos, errática, como demonstram inúmeros estudos antropológicos com famílias beneficiárias. Parte dessa expressividade, também se explica pelo incremento na participação de mulheres com filhos e sem cônjuge entre as famílias brasileiras, em especial entre as famílias de baixa renda.

Em comparação com os percentuais nacionais, tomando como referência o Censo de 2010, constata-se que os domicílios do PBF estão em piores condições de acesso a serviços públicos de infraestrutura domiciliar. Isso ocorre em todos os quesitos analisados.

**Figura 2****Acesso a Serviços Públicos de Infraestrutura Domiciliar****Figura 3****Beneficiários PBF (25 anos ou mais)**

Apenas 38,1 por cento das famílias PBF possuem acesso simultâneo aos serviços de coleta de lixo direta ou indireta, escoamento sanitário via rede pública ou fossa séptica, iluminação elétrica e água por rede pública e, mesmo na área urbana, onde tais serviços são mais presentes, apenas 48,9 por cento das famílias beneficiárias desfruta do pacote completo de serviços. Na área rural, esse percentual cai para 5,2 por cento dos domicílios PBF.

Em março de 2013, havia 49,6 milhões de pessoas no Programa Bolsa Família. Isso equivale a 26 por cento da população brasileira, considerando-se o apurado no Censo de 2010.

Predomina entre os beneficiários do PBF o sexo feminino e a cor preta ou parda. Também chama a atenção a expressividade da população jovem de até 17 anos (48,8 por cento dos beneficiários). É de se esperar este perfil jovem na medida em que a política de previdência social e de benefícios não contributivos para idosos (BPC) têm, juntos, uma alta cobertura da população idosa, garantindo que domicílios com pessoas de maior idade não caiam na pobreza.

O nível de escolaridade é muito baixo entre os beneficiários do PBF, mais de dois terços dos seus beneficiários (69 por cento) não possuem sequer o ensino fundamental completo. Um exemplo importante da vulnerabilidade dessa população ocorre na região Nordeste, na qual 20,3 por cento dos beneficiários com 25 anos ou mais são analfabetos.

A identificação de vulnerabilidades em diversas dimensões das condições de vida das famílias beneficiárias do PBF se, por um lado, reafirma a boa focalização do Programa e o papel do Cadastro Único como ferramenta de identificação das famílias de baixa renda, revela, por outro, desafios a serem enfrentados para a superação da pobreza.

O aprofundamento da compreensão sobre a realidade socioeconômica da população brasileira mais pobre explicita a existência de questões raciais, de gênero, relacionadas à escolaridade e ao acesso a serviços de infraestrutura domiciliar a serem trabalhadas pela implementação de ações intersetoriais em todas as esferas federativas. E é de suma importância articular em conjunto com a transferência de renda o acesso a serviços e inclusão produtiva da parcela mais pobre da população. Além disso, também é importante promover maiores investimentos, em âmbito local, nos serviços de saneamento e coleta de lixo, que são determinantes na melhoria das condições de saúde dessa população.

**Notas:**

1. Consultora do Departamento do Cadastro Único (Decau) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
2. Diretora do Departamento do Cadastro Único/MDS.
3. Assessora do Departamento do Cadastro Único/MDS.
4. Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro Único/MDS.

**Referencia:**

Camargo, C. F., Currallero, C. R. B., Lício, E. & Mostafa, J. (2013) Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: O Que o Cadastro Único Revela? in T. Campello and M. Côrtes Neri (eds), Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea, capítulo 9. pp. 157-177.  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf)